



# TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - MARÇO - 2013  
ANO 19 - NÚMERO 180

## Justiça ajuda a restaurar relações

Um projeto em funcionamento no TJMG desde novembro de 2012 pretende revolucionar a forma de solução de conflitos entre jovens encaminhados à Vara Infracional da Infância e da Juventude da capital e suas vítimas. É a Justiça Restaurativa. Além da responsabilização, com o cumprimento de medida socioeducativa, o jovem infrator é colocado frente a frente com a vítima, na presença dos pais, de assistentes sociais e até de um mediador, para restabelecer a convivência danificada pelo problema ocorrido.

# Convivência renovada após conflito

Nas páginas centrais desta edição, conheça a experiência da Vara Infração da Infância e da Juventude de Belo Horizonte com o programa Justiça Restaurativa, cuja metodologia permite que vítima e agressor fiquem frente a frente e participem de um círculo construtivo, de forma a garantir a responsabilização das partes e a restauração das relações. A experiência, que tem caráter educativo e preventivo, já é aplicada em vários países e alguns estados do Brasil. Minas se destaca por ser o único Estado da federação a possuir termo de cooperação técnica para a aplicação da metodologia.

Veja também a história de um casal que, cumprindo pena em estabelecimentos distintos, se comunica diariamente por meio de cartas. É a maneira que eles encontraram para compartilhar acontecimentos, dificuldades vivenciadas e manter o amor e a união. Confira, nesta edição, os benefícios da carta social para esse público e como a prática foi regulamentada pela Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais.

O *TJMG Informativo* traz ainda a iniciativa de Juiz de Fora que tornou reconhecido internacionalmente o talento de presos na confecção de peças em tricô e crochê. As roupas produzidas por eles já vestiram celebridades nacionais e são exportadas para a Europa e os Estados Unidos. O trabalho é fruto da parceria entre a Vara de Execuções Criminais da comarca e a Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds).

Na entrevista desta edição, o juiz auxiliar da Presidência Cássio Azevedo Fontenelle, conhecido por sua objetividade e gentileza. Ele foi designado para supervisionar as atividades da Diretoria Executiva de Recursos Humanos e da Gerência da Magistratura.

Para os admiradores da literatura, o Espaço Cultural do Fórum Lafayette realizou, de 11 a 15 de março, a sexta edição da Semana da Poesia, com produções de magistrados e servidores do Judiciário.

Boa leitura!

## Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br)

## Tribunal de Justiça de Minas Gerais

### Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

### 1º Vice-Presidente:

Desembargador Almeida Melo

### 2º Vice-Presidente:

Desembargador José Antonino Baía Borges

### 3º Vice-Presidente:

Desembargador Manuel Saramago

### Corregedor-Geral:

Desembargador Audebert Delage

## Expediente

### Secretária Especial da Presidência:

Valéria Valle Vianna

### Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

### Coordenadora de Imprensa:

Leticia Lima

### Editoras:

Francis Rose e Patrícia Melillo

### Revisora:

Patrícia Limongi

### Design Gráfico:

Shirley Moraes

### Fotolito e Impressão:

Globalprint

Editora Gráfica Ltda.

### Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: [ascom@tjmg.jus.br](mailto:ascom@tjmg.jus.br)

### Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

### Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

### Tiragem:

3 mil exemplares

### Portal TJMG:

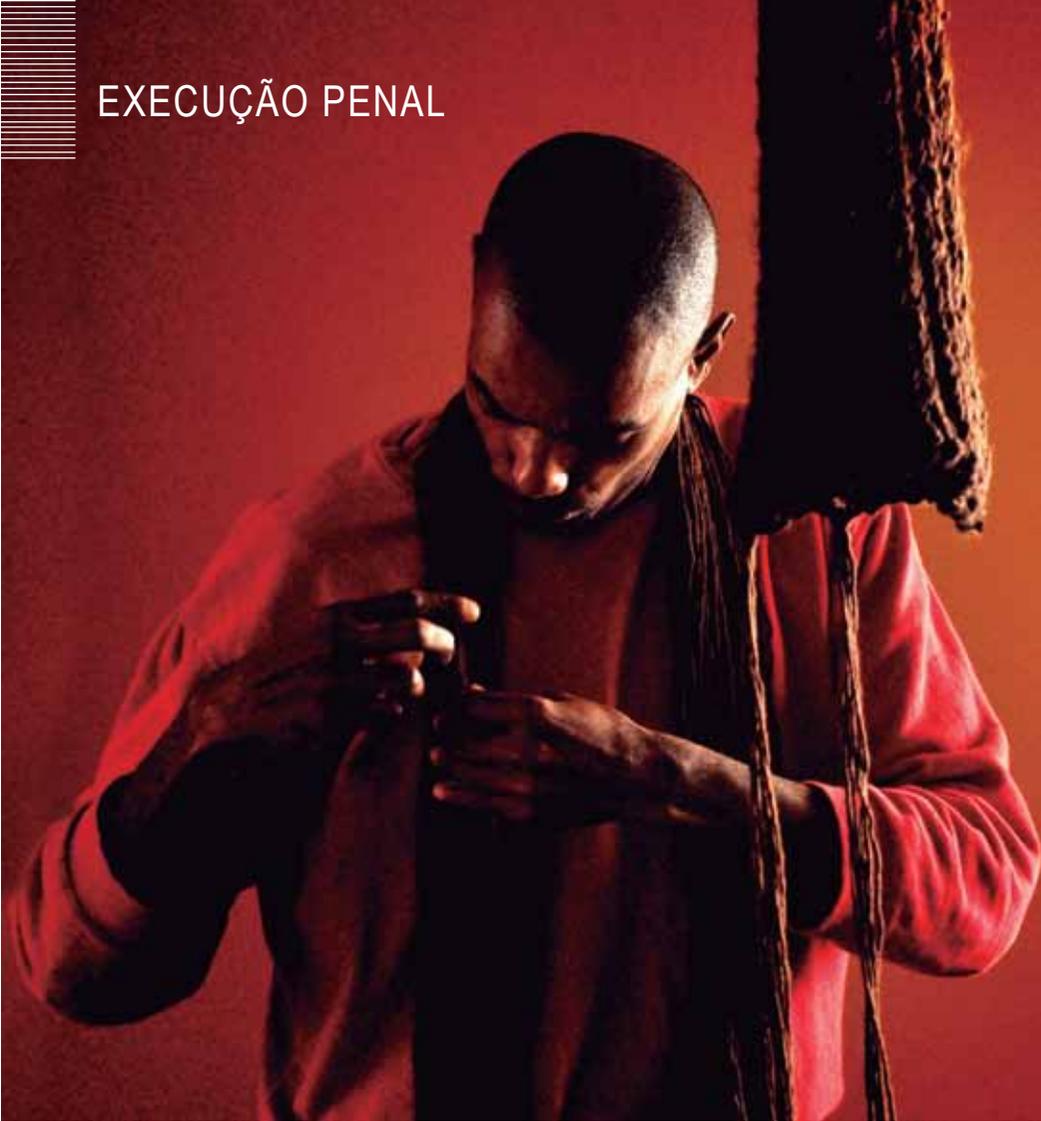
[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)

## TJ tem nova desembargadora

A magistrada Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça tomou posse em 28 de janeiro, no cargo de desembargadora do TJMG. A nova magistrada integra a 1ª Câmara Criminal, ocupando a vaga deixada pelo desembargador Reinaldo Portanova, que se aposentou no final de 2012. Durante a solenidade de posse, conduzida pelo presidente do TJ, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, a nova desembargadora assinou o termo de posse e exercício e recebeu o Colar do Mérito Judiciário. Esse momento teve a participação de seus pais, Newton e Maria Auxiliadora, seu marido, Alexandre Botelho de Mendonça, e seus filhos, Hannah e Alexandre.



# Justiça sendo feita com respeito e dignidade



Condenados da comarca de Juiz de Fora trabalham na produção de peças de vestuário em tricô, que são exportadas para a Europa e os Estados Unidos e já vestiram celebridades brasileiras

Letícia Lima e Leilane Stauffer

“O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.” Esse é o conteúdo do artigo 28 da Lei de Execução Penal, nº 7.210/84. Pautadas nos valores dele, comarcas mostram como pessoas que cometeram crimes podem se redimir perante a sociedade, por meio do que enobrece o homem: o trabalho.

A comarca de Juiz de Fora, por exemplo, é pano de fundo de ações de execução penal que têm funcionado. Prova disso é o trabalho de presos que usam agulhas grandes não como arma, mas para criar roupas que já vestiram celebridades como Daniela Mercury e são exportadas para a Europa e os Estados Unidos. O trabalho é fruto da parceria realizada entre o Judiciário, representado pelo juiz da vara de Execuções Criminais (VEC) de Juiz de Fora, Amaury de Lima e Souza, a Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds) e empresas privadas.

Os convênios, intermediados por Ândrea Valéria Andries Pinto, diretora da penitenciária Professor Ariosvaldo de Campos Pires, devem ser autorizados pelo juiz Amaury; e ele tem aprovado todos. Segundo ele, um dos motivos é a diminuição no índice de reincidência. Amaury lembra que há muito tempo não

há rebelião no local, e os presos tornaram-se pessoas mais calmas.

Ândrea comenta o reflexo do projeto na rotina dos presos. “O tempo, na cadeia, parece passar mais rápido para quem trabalha.” Um dos presos que faz roupas de tricô, D.W.S.O., conta que, após um período de preconceito, vários homens pediram para trabalhar na confecção de vestuário. “No começo, eles ficavam espantados e questionavam: ‘Homem fazendo tricô?’ Mas hoje todos querem vir pra cá.” O projeto foi criado e oferecido pela estilista e empresária Raquell Guimarães. Atualmente, quem ensina o trabalho é um ex-detento que passou pela mesma experiência quando estava recluso.

## Benefícios

A cada três dias trabalhados, eles têm um dia de redução na pena. Entretanto, esse não é o único estímulo para os detentos se engajarem nas tarefas. Para D.W.S.O., a tranquilidade trazida com o serviço e a satisfação tam-

bém justificam a participação. “A pessoa não fica com a cabeça em outros problemas. É uma terapia. Além de ser muito bom ver o trabalho feito aqui dentro sendo reconhecido, até mesmo em outros países”, diz.

Já no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (Ceresp) de Juiz de Fora, presos que cumprem pena em regime semiaberto têm autorização do juiz Amaury para trabalhar nas ruas, na limpeza urbana da cidade ou na reforma de igrejas. A unidade prisional que recebe apenas homens contabiliza, hoje, 15 detentos trabalhando por volta de oito horas diárias, escoltados por agentes prisionais. O diretor-geral da unidade, Giovane de Moraes Gomes, considera que, além de diminuir o número de reincidências, o trabalho externo proporciona outras mudanças. “Os custodiados conseguem estreitar os relacionamentos

profissionalizantes, disponibilizados pelo empregador”, expõe.

## Perspectivas

Na penitenciária masculina José Edson Cavaleri, além da parceria já existente com a empresa de limpeza urbana, a unidade renova convênios com empresas de estamparia, de corte e costura e uma fornecedora de materiais para fabricação de asfalto. “É direito dos detentos e obrigação nossa fornecer essas oportunidades. Ao mesmo tempo, para quem está preso, é um grande benefício trabalhar, sair da clausura e se envolver com outras questões”, avalia o diretor da unidade, Jefferson Soares de Macedo.

O convênio mais recente, com a produtora de material para asfalto, fornecerá emprego, inicialmente, para oito detentos que cumprem pena em regime fechado e 20 do regime semiaberto. O diretor Jefferson explica como funciona o recrutamento: “Temos uma comissão técnica de classificação que leva em conta a habilidade do preso, o comportamento, o estado psicológico e o perfil de maneira geral”. O diretor comenta que muitas empresas contratam os condenados depois de eles cumprirem a pena.

É direito dos detentos e obrigação nossa fornecer essas oportunidades

# Jovens devem reparar atos infracionais cometidos

Marcelo Almeida

O cenário é um incidente na escola, desses que nos dias de hoje são comumente divulgados pela imprensa. Um jovem de 13 anos agride a própria professora e uma colega de sala. Em Belo Horizonte, esse agressor presta contas do seu ato, com os pais, no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA). Os pais são responsabilizados, e o jovem é obrigado a cumprir medida socioeducativa, se for comprovada a autoria do ato infracional. Prazo decorrido. Fim do processo. Mas a aluna agredida mudou de escola, e a professora continua ofendida. Seria possível ter resultado diferente?

Para alguns especialistas, é possível, sim, e por meio de um projeto que já está em funcionamento no

Tribunal de Justiça de Minas Gerais desde novembro do ano passado. É a Justiça Restaurativa, uma alternativa que pretende revolucionar a forma de solução de conflitos entre jovens encaminhados à Vara Infracional da Infância e da Juventude da capital e suas vítimas. Em uma história como a contada acima, o jovem e a professora vão poder ficar frente a frente, em um círculo restaurativo composto por pais, assistentes sociais e até um mediador, para restabelecer a convivência. O jovem agressor será responsabilizado, mas a restauração evitará que as consequências do ato perdurem por mais tempo. A aluna agredida possivelmente não precisaria trocar de escola, e a professora poderia expor o que continuasse a incomodar.

“É uma nova forma de reparar um dano causado por quem comete um ato infracional ou um crime. Você vai buscar restaurar as relações de uma convivência que, em um espaço como o da escola, vai continuar a ser cotidiana”, diz a psicóloga Mônica Mumme, especialista em justiça restaurativa no Brasil.

O projeto já funciona no Judiciário mineiro desde o ano passado e é desenvolvido pela Terceira Vice-Presidência do TJ, por meio da Assessoria de Gestão da Inovação (Agin). Para concretizar a iniciativa recomendada até pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o projeto foi implementado na Vara Infracional da Infância e da Juventude e no Juizado Especial Criminal. O juiz Carlos Frederico Silva é o responsável por supervisionar a implantação da Justiça Restaurativa no CIA-BH. Para o magistrado, a justiça restaurativa vai além da responsabilização. “Ela apura quem é o autor do delito e questiona sobre as causas que o levaram a agir. Dessa forma, adquire um caráter preventivo e educativo. Hoje em dia, em de-

corrência da banalização da privação de liberdade, o direito penal esgotou a sua capacidade de efetivamente funcionar como prevenção da criminalidade.”

Defensores da justiça restaurativa estão espalhados pelo mundo, pois o método é aplicado em outros países. A primeira experiência internacional foi na Nova Zelândia. A legislação infantojuvenil do país da Oceania permite que os atos infracionais sejam debatidos em encontros restaurativos desde 1989. No Canadá e na Austrália, a justiça restaurativa também atinge bons resultados. Na América Latina, é referência o trabalho desenvolvido na Argentina e na Colômbia. Segundo especialistas de Bogotá, a redução de 30% na taxa de homicídios na capital se deu graças à justiça restaurativa. “Os países líderes em justiça restaurativa são os lugares mais seguros do mundo”, conclui o juiz Carlos Frederico Braga da Silva.

## No Brasil

No Brasil, desde 2002, as experiências se multiplicam. Profissionais da área de direito estão envolvidos em projetos baseados na justiça restaurativa há mais de dez anos, principalmente, em iniciativas bem-sucedidas no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Distrito Federal. A cidade paulista de São José dos Campos é referência na aplicação do método. “A justiça restaurativa vem sendo gradativamente implementada na educação, em escolas da rede pública de ensino na capital de São Paulo e em Guarulhos, São Caetano do Sul e São José dos Campos, em parceria com as secretarias de educação e as varas da infância e da juventude dessas regiões”, explica a psicóloga Mônica Mumme.

Hoje em dia, em decorrência da banalização da privação de liberdade, o direito penal esgotou a sua capacidade de efetivamente funcionar como prevenção da criminalidade



Segundo o juiz de direito Egberto Penido, de São Paulo, nesse início da implantação da justiça restaurativa no Brasil, a busca é pela reparação em diversos tipos de crimes, “que envolvem desde questões disciplinares até atos infracionais de menor ou de maior potencial ofensivo, como lesões, injúria, ameaças e danos ao patrimônio”. A implantação do método apresenta diferenças de acordo com a região do país e a comarca. “Em Belo Horizonte, na Vara Infracional, o foco está nos conflitos gerados nas escolas”, explica Cristina Pinelli, coordenadora do Setor de Atendimento ao Adolescente em Situação Especial (Saase), do CIA-BH.

## Procedimento

O procedimento adotado na justiça restaurativa é simples e demanda apenas a disposição das partes para dialogar, uma mesa redonda e uma sala. No encontro conduzido com o auxílio de uma equipe técnica especializada, o método funciona somente quando as partes assumem espontaneamente as suas responsabilidades e concordam em participar da negociação. A palavra é, prioritariamente, dada à vítima.

“Na justiça tradicional, a pessoa ofendida é apenas uma testemunha, mas aqui ela é o foco. Em se tratando, por exemplo, de agressões verbais ou físicas a um professor, o dano é reparado porque o infrator deve encarar sua atitude e reconhecer o seu erro. Assim, a escola ganha poder e legitimidade para restaurar o vínculo e promover o entendimento”, explica o juiz Carlos Frederico.

A justiça restaurativa é a maior novidade no direito penal surgida no Brasil nos últimos 50 anos, defendem os especialistas no assunto. “Se não houver mudança nas políticas públicas, vamos lotar ainda mais as cadeias brasileiras. Estamos pensando, com esse novo método, em uma forma de prevenção”, diz o juiz paulista Egberto Penido.

A implementação da metodologia que envolve família, sociedade e os jovens infratores exige cooperação mútua entre instituições. Por isso, em junho do ano passado, o Tribunal de Justiça, o Estado de Minas

Gerais, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Município de Belo Horizonte assinaram um termo de cooperação técnica. O TJMG vai tornar disponíveis

meios e recursos para viabilizar o projeto conceitual e os cursos de capacitação dos profissionais envolvidos. O Estado vai abrir espaço na Casa de Direitos Humanos, no Centro da capital, para o desenvolvimento da metodologia e estudos continuados sobre a justiça restaurativa. O Ministério Público, a Defensoria Pública e o Município devem designar servidores e assegurar que os profissionais indicados

apliquem a metodologia.

“Minas Gerais é o único Estado da Federação com um termo de cooperação técnica que envolve instituições capazes de criar um sistema de direitos e garantias para encontrar soluções práticas em favor dos jovens. Em dois anos, Belo Horizonte terá ambiente propício para ser considerada uma cidade restaurativa da racionalidade e do direito”, concluiu o juiz Carlos Frederico.

Os países líderes em justiça restaurativa são os lugares mais seguros do mundo

# Administrando talentos



Marcelo Albert

■ No desempenho de suas funções como supervisor da Diretoria de Recursos Humanos, o juiz Cássio Azevedo Fontenelle demonstra capacidade de trabalhar em equipe

Manuela Ribeiro

*Se o juiz Cássio Azevedo Fontenelle foi designado para supervisionar as atividades da Diretoria Executiva de Recursos Humanos e da Gerência da Magistratura, é porque objetividade e gentileza para com colegas e subordinados o caracterizam. O amor à Justiça é outra marca registrada. Aos 43 anos, Fontenelle, que chegou a cursar engenharia civil e é fluente na língua italiana, começou sua carreira como advogado e defensor público. Ingressando na magistratura, atuou em Governador Valadares, Sete Lagoas, Rio Vermelho, Itamarandiba, Montalvânia, Manga, Januária e Belo Horizonte. A convite do desembargador Alvim Soares, foi juiz auxiliar da Corregedoria. Atualmente, como auxiliar da Presidência, se empenha no fortalecimento dos laços entre os setores do TJMG, procurando ouvir magistrados e servidores, promovendo o entendimento e a simplificação de rotinas e interagindo com juízes de cooperação de outros tribunais. O magistrado é, ainda, especialista em direito processual civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.*

**TJMG Informativo – Quais são as atribuições dos juízes auxiliares da Presidência?**

**Cássio Azevedo Fontenelle** – Isso está definido na Portaria 2.803/2012, mas podemos sintetizá-lo no estreitamento dos elos entre os diversos setores administrativos do TJMG, para imprimir maior efetividade às diretrizes lançadas pelo presidente Joaquim Herculano Rodrigues.

**O que faz um juiz de cooperação judiciária?**

O juiz de cooperação judiciária, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procura ouvir magistrados e servidores em busca de boas práticas e interage com os cooperadores de outros tribunais, buscando maior interação e simplificação de procedimentos.

**Como lidar com os recursos humanos no TJMG?**

O maior desafio é colocar em prática as boas ideias que nos são trazidas, seja pelos magistrados, seja pelos servidores. A maior riqueza do Tribunal consiste exatamente no seu material humano,

de forma que a melhor maneira de lidar com tal matéria-prima é valorizar os bons profissionais que nos cercam.

**Para um juiz acostumado à solução de litígios, como é a experiência de atuar numa área mais relacionada à gestão?**

Extremamente desafiadora, por me proporcionar um aprendizado contínuo e conhecimento amplo do Tribunal. Por isso gostaria de registrar, desde já, minha gratidão ao presidente Herculano Rodrigues.

**Como o senhor avalia a sua experiência na Corregedoria?**

Considero-a enormemente gratificante e proveitosa, uma oportunidade única de conhecer o funcionamento da Primeira Instância como um todo, cabendo um especial agradecimento ao então corregedor-geral, desembargador Alvim Soares.

**Para o senhor, qual foi a maior conquista do Judiciário nos últimos tempos?**

O resgate da credibilidade com o julgamento do caso Mensalão, mostrando que a Justiça vale para todos.

# Papel, caneta e amor

Lígia Tolentino

Todos os dias, Hudson Freitas e sua mulher planejam juntos sua rotina. Recém-casados, eles relatam problemas, definem assuntos da vida prática e desabafam sobre as dificuldades da convivência. Casados há um ano, eles se falam constantemente. Por cartas. Os dois cumprem pena em regime fechado, ele na Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac) de Santa Luzia, ela em um presídio feminino em Belo Horizonte.

A união do casal foi celebrada na Apac, já que em 2012 Hudson estava no quarto ano do cumprimento da pena. Desde então, eles permanecem ligados, fazendo das letras o seu ponto de contato. “Eu escrevo quase todos os dias para ela e ela para mim. Não sei o que seria de mim sem essas cartas, nem do meu casamento. Nossa união é mantida em papel, caneta e amor. Muito amor.” Escrever, aliás,

foi algo que Hudson descobriu na prisão. “Eu sempre preferi as ciências exatas, mas, assim que fui preso, aos 22 anos, escrevi uma carta de quase 20 páginas para minha mãe, tentando explicar o inexplicável, fazê-la entender por que eu estava ali. Desde então, me correspondo com ela, alguns amigos e com minha mulher.”

## Estatísticas

De acordo com estatísticas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cerca de 513,3 mil pessoas estão presas no Brasil. Em Minas Gerais, são mais de 44,6 mil homens e mulheres privados de liberdade. Aproximadamente 13 mil cumprem sentença em regime fechado em Minas, conforme dados da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds). Para quem vive recolhido em unidades prisionais espalhadas pelo país, escrever cartas é de fato uma maneira de manter contato com o mundo exterior. E, desde o final de 2012, essa correspondência pode ser feita por meio da carta social, que custa apenas um centavo por unidade. O envio deve respeitar algumas regras (veja box), determinadas pela Portaria 469/2012 do Ministério das

Comunicações, que instituiu o benefício. A Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais apoia a iniciativa e publicou no Diário do Judiciário Eletrônico a portaria do Ministério das Comunicações, divulgando o documento para as comarcas do Estado.

Hudson diz que usa sempre as cartas sociais e sabe de muitos colegas que dependem exclusivamente delas para manter contato com familiares residentes em outros estados. Entretanto, ele explica que a demora do sistema faz com que, algumas vezes, ele opte pelo envio de cartas registradas. “As cartas sociais demoram até um mês para chegar. Além disso, não adianta só chegar, eu quero que a resposta também venha logo.”

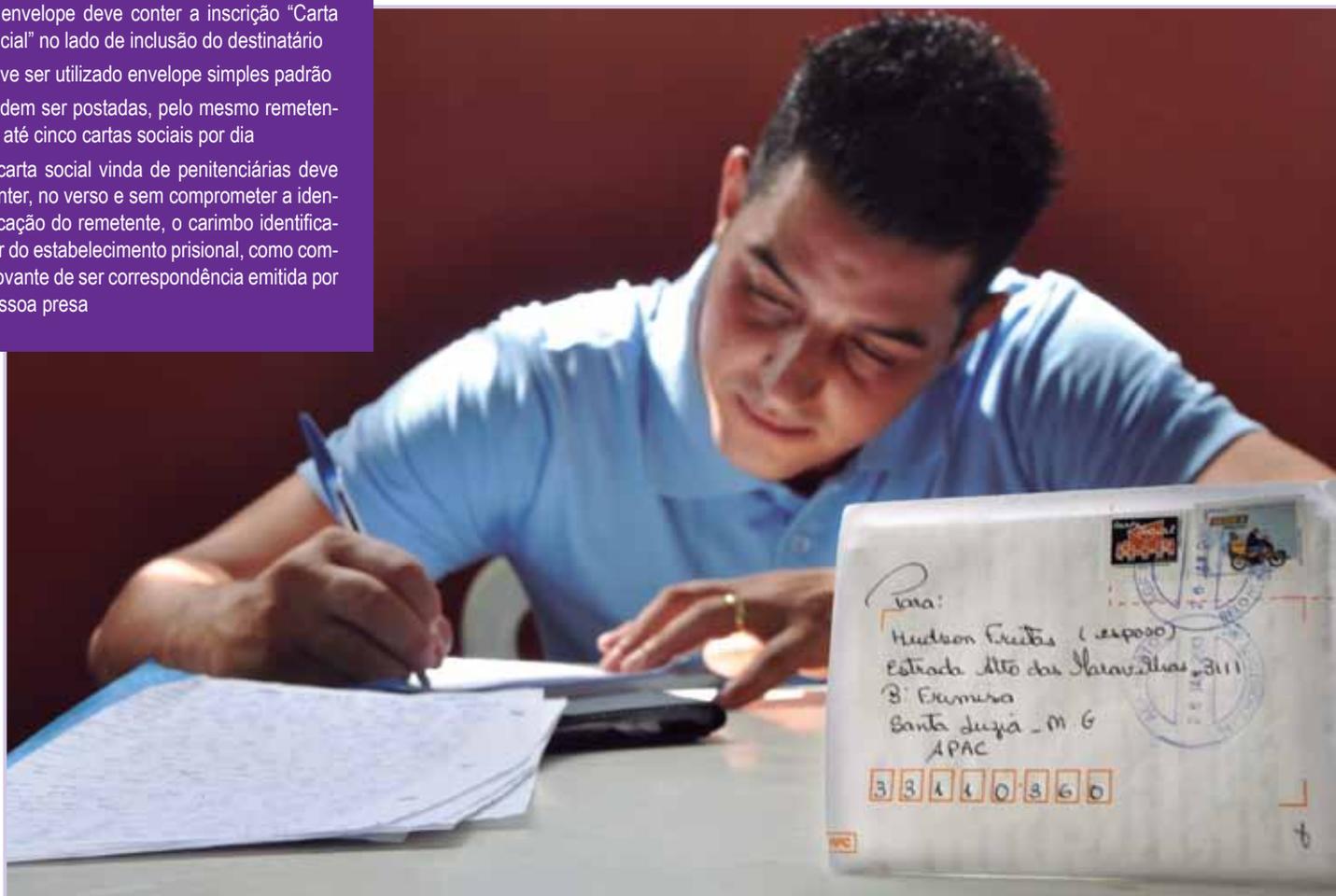
Ainda assim, Hudson permanece o campeão de cartas da Apac de Santa Luzia. O ir e vir de correspondência só deve parar em quatro meses, quando ele terá direito à progressão de regime. Mas o novo interesse pelas ciências humanas permanecerá.

Entre os planos do rapaz está a graduação em direito. “Leio e escrevo muito sobre leis. Por isso, quando sair, quero fazer a faculdade. Acho importante conhecer não só meus deveres, mas meus direitos também.”

## Características da carta social

- Peso máximo de dez gramas
- As cartas podem ser enviadas apenas de pessoa física para pessoa física, em todo o território nacional
- Informações de remetente e destinatário devem ser manuscritas
- O envelope deve conter a inscrição “Carta Social” no lado de inclusão do destinatário
- Deve ser utilizado envelope simples padrão
- Podem ser postadas, pelo mesmo remetente, até cinco cartas sociais por dia
- A carta social vinda de penitenciárias deve conter, no verso e sem comprometer a identificação do remetente, o carimbo identificador do estabelecimento prisional, como comprovante de ser correspondência emitida por pessoa presa

O envio da carta social custa apenas um centavo



Renata Caldeira

Hudson Freitas, que cumpre pena na Apac, dedica duas horas por dia a escrever cartas à mãe, aos amigos e à esposa, tarefa que lhe garante a comunicação com o mundo exterior

## 6ª Semana da Poesia estimula produção literária



Túlio Travençolo

A Galeria de Arte do Fórum Lafayette é aberta ao público e pode ser visitada das 8h às 18h

### Leilane Stauffer

“Quem faz um poema abre uma janela.” A frase do poeta gaúcho Mário Quintana valoriza a produção literária. Pensando também na importância de estimular a arte de compor versos, o Espaço Cultural Fórum Lafayette promoveu a 6ª edição da Semana da Poesia. De 11 a 15 de março, 40 produções de magistrados e servidores do Judiciário de Belo Horizonte ficaram expostas nos corredores e na Galeria de Arte do Fórum Lafayette.

A semana, além de compartilhar com usuários do fórum os poemas dos funcionários da Justiça, reservou um momento para descontração, por meio de outra manifestação artística: o teatro. Na Quarta Cultural, dia

13, no 1º Tribunal do Júri, foi apresentada a peça *Cabarré Vagabundo*. Nesse mesmo dia, o corregedor-geral de justiça, desembargador Audebert Delage, e o juiz diretor do foro, Marco Antonio Feital Leite, distribuíram os certificados de participação e exemplares dos poemas reunidos em livro aos magistrados e servidores que inscreveram suas produções.

### O projeto

A 6ª Semana da Poesia é uma realização da Assessoria de Comunicação Institucional do Fórum La-

fayette com apoio da Direção do Foro da comarca de Belo Horizonte.

A Semana da Poesia começou em 2008, através da divulgação de poemas de magistrados, servidores e funcionários do Judiciário da capital. Em cada edição, as obras são espalhadas por diversos locais do Fórum Lafayette, como corredores, quadros-negros e o “varal poético”.

O evento homenageia o Dia Nacional da Poesia, comemorado em 14 de março. A data foi instituída para relembrar o nascimento de Castro Alves, importante poeta brasileiro que viveu no século 19.



## CLICK DO LEITOR

Montenegro é um pequeno país montanhoso situado nos Balcãs e fez parte da antiga Iugoslávia. Trata-se, portanto, de um dos mais jovens países do mundo. Na baía de Boka Kotorska, toda a paisagem é deslumbrante. Montanhas de altitudes variadas cercam os braços do mar Adriático, às vezes formando cordões que são interrompidos por pequenos vilarejos saídos diretamente da Idade Média, como Perast, patrimônio histórico e natural da Unesco, construído no século 10, em arquitetura barroca.

Ary Macedo Junior – Gerência de Saúde no Trabalho/Unidade Raja Gabaglia

# Estatísticas mostram bom desempenho do TJMG

Arquivo TJMG



A busca pela Justiça tem sido crescente em Minas. Levantamento feito pela Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária (Sepad), subordinada à Primeira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), mostra um número cada vez maior de processos iniciados e julgados na Justiça estadual. O grande volume tem tido vazão a partir do esforço permanente das câmaras cíveis e criminais isoladas.

O primeiro vice-presidente do TJMG e superintendente judiciário, desembargador Almeida Melo, considera que o aprimoramento estatístico que o Tribunal introduz, em sua gestão frente à Superintendência Judiciária, segue o modelo vencedor das empresas privadas bem-sucedidas. Além disso, contribui para a transparência da instituição, pois é um meio para a avaliação do desempenho, determinada pelo artigo 173, § 1º, V, da Constituição da República, desde a Reforma Administrativa de 1998.

O desembargador Almeida Melo explica que, enquanto esteve na presidência da 4ª Câmara Cível, vaga que ocupou por mais de seis anos até ser eleito para a Primeira Vice-Presidência, introduziu o hábito de publicar, em cada ata de sessão da câmara, o tempo de tramitação das ações e dos recursos, computando, em percentuais, sua duração desde a distribuição até a publicação da decisão ou do acórdão. Esse modelo precursor foi adotado pela estatística geral do Tribunal e pelas metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A 4ª Câmara Cível chegou ao marco exemplar de 50% de seus processos serem julgados em até 90 dias.

Em longo prazo, o magistrado pretende implantar sistema estatístico em tempo real, com números luminosos, como ocorre nas bolsas de valores. O objetivo é que sejam apresentadas as alterações em gráficos, mostrando o desempenho do Tribunal. Isso vai estimular a competição, comparar o desempenho com o dos demais tribunais e mostrar com mais clareza as agruras e sobrecargas de trabalho que os desembargadores suportam.

Almeida Melo enfatizou que este é o começo da realização de seu sonho pessoal e profissional: a Justiça em tempo real, quando não haverá paredes nem papéis, arquivos físicos ou ritos desnecessários. Para ele, isso permitirá que o juiz tome suas decisões de onde estiver e se comunique diretamente com serventuários, promotores, advogados e partes processuais, evitando o deslocamento desnecessário dos cidadãos.



Renata Caldeira

# Tribunal apresenta câmaras



Marcelo Albert

Entre as câmaras cíveis de direito público, a 4ª Câmara Cível teve o melhor desempenho no quesito menor acervo



Para o presidente da 11ª Câmara Cível, Wanderley Paiva

## Wilson Menezes

Levantamento feito pela Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária (Sepad), subordinada à Primeira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), aponta que entre as câmaras cíveis de direito público (Unidade Goiás), teve melhor desempenho a 4ª Câmara Cível. Os dados foram apurados de 2009 a 2012 e levaram em conta o número de processos julgados, o acervo e a evolução percentual de processos julgados. Ficaram, respectivamente, em segundo e terceiro lugares, a 1ª e a 6ª Câmaras Cíveis. Já em relação às câmaras que julgam processos relacionados ao direito privado (Unidade Raja), a 11ª Câmara Cível obteve a maior pontuação, seguida da 17ª, da 13ª e da 18ª Câmaras Cíveis.

Na Unidade Goiás, a 4ª Câmara Cível obteve o melhor desempenho no quesito menor acervo, além de ter se sobressaído nos outros quesitos. A 1ª Câmara Cível notabilizou-se entre as câmaras cíveis (Unidade Goiás) no quesito julgamento de processos entre 2009 e 2012.

O presidente da 4ª Câmara Cível, desembargador Dárcio Lopardi Mendes, ficou satisfeito com os dados. "O resultado desse levantamento muito nos honra, porque há uma dedicação de todos de forma efetiva. Convivemos com número excessivo de processos, porém, com o esforço de todos os magis-

trados, assessores, servidores e estagiários, conseguimos agilizar ao máximo a tramitação processual", disse. Para o êxito do trabalho, o magistrado acredita que também foi fundamental a atuação da equipe, conduzida pela escritvã, Cassiana Lana de Carvalho.

A 4ª Câmara Cível é composta pelos desembargadores Dárcio Lopardi Mendes (presidente), Alvim Soares, Moreira Diniz e pelas desembargadoras Heloísa Combat e Ana Paula Caixeta.

Na Unidade Raja, a 11ª Câmara Cível obteve o melhor desempenho quanto ao número de processos julgados e encerrados, enquanto a 17ª foi a câmara que teve o menor acervo, na média dos quatro anos avaliados.

O presidente da 11ª Câmara Cível, desembargador Wanderley Paiva, acredita que o bom desempenho deve ser creditado ao entrosamento e

ao esforço de todos os desembargadores, assessores e servidores. "Assumi a presidência da câmara em 2012, e o trabalho sempre foi bem conduzido pelos ex-presidentes, desembargadores Fernando Caldeira Brant e Selma Marques, o que resultou no excelente resultado alcançado."

O desembargador Wanderley Paiva ressaltou que o fato de a 11ª Câmara Cível ter sido a pioneira na implantação do sistema Themis também contribuiu para a rapidez nos trabalhos. "Normalmente, publicamos os acórdãos no máximo em 24 horas após o julgamento." Compõem a câmara, além do presidente, os desembargadores Marcelo Rodrigues, Marcos Lincoln, Rogério Coutinho e Alexandre Santiago. A escritvã é a servidora Margarete Gandra Almeida Santos.



Vagner Antônio

O desembargador Almeida Melo é o superintendente judiciário do TJMG

# s que mais se destacaram



Renata Caldeira



Marcelo Albert

va, o sucesso do trabalho se deve ao esforço de toda a equipe

■ A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça se destacou pelo menor acervo e por ter mais processos encerrados

## Dados das criminais foram apurados

O levantamento estatístico feito pela Sepad mostrou bons resultados por parte das câmaras criminais. Os dados apurados mostram que a 2ª Câmara Criminal foi apontada como a que obteve o melhor desempenho, seguida da 4ª e da 5ª Câmaras Criminais. A 2ª Câmara distinguiu-se pelo menor acervo e por ter mais processos encerrados. A 4ª Câmara Criminal também se sobressaiu na redução do acervo. Esse levantamento não incluiu a 6ª e a 7ª Criminais, porque elas foram criadas em 2010 e, nesse período, contavam com um acervo processual bem menor se comparado ao das outras câmaras criminais.

Para o presidente em exercício da 2ª Câmara Criminal, desembargador Renato Martins Jacob, existe um esforço e uma preocupação permanentes entre os desembargadores da câmara, que são compartilhados pelas equipes de assessores e assistentes que compõem os gabinetes, no sentido de dar cumprimento às metas e às diretrizes de produtividade preconizadas pela direção do Tribunal de Justiça.

“As dificuldades estruturais são minimizadas ou, por vezes, são concebidas como desafios a serem superados, principalmente porque a 2ª Câmara Criminal conta com um cartório modelar, dotado de servidores vocacionados e liderados pela gerente Consuelo Alvim, pessoa altamente qualificada e que busca, de forma incessante, a excelência nos seus

trabalhos. Por certo, os bons níveis de produtividade alcançados pela 2ª Câmara Criminal serão recebidos como fator de motivação para os seus integrantes, para os quais o interesse do jurisdicionado está acima de qualquer outro”, destacou o magistrado.

A 2ª Câmara Criminal é composta pela desembargadora Beatriz Pinheiro Caires (presidente) e pelos desembargadores Renato Martins Jacob, Nelson Missias de Moraes, Matheus Chaves Jardim e Catta Preta.

### Metodologia

O gerente do Centro de Informações de Resultados da Prestação na Segunda Instância (Ceinjur), Luís Cláudio de Souza Alberto, explicou os critérios adotados para o levantamento dos dados. O primeiro foi apurar o número de processos julgados no período de 2009 a 2012 por cada câmara. “Esse indicador serviu como um parâmetro inicial para o comparativo. Todavia, tal indicador não pode ser considerado isoladamente. É preciso avaliar se o volume de processos julgados a cada período possui relação direta com a redução do acervo da câmara. Muitas vezes, o valor absoluto de processos julgados de uma câmara em determinado período pode ser maior que o de outra, mas, percentualmente, pode não representar a redução equivalente de acervo.”

O outro indicador adotado consistiu na apuração do acervo processual. Segundo o gerente, a análise permite avaliar se o volume de processos históricos da câmara apresenta tendência de redução ou de alta, ou seja, se a câmara está conseguindo julgar mais processos do que recebe. “Esse indicador deve ser analisado também em conjunto com os demais.”

A evolução do acervo também foi calculada a cada ano do período analisado tomando-se por base o ano de 2009. Essa análise permite visualizar a evolução percentual do acervo de processos em cada câmara.

O gerente explicou que os dados obtidos em cada câmara foram comparados aos demais valores das outras de mesma natureza. As câmaras foram classificadas de acordo com os seguintes critérios: quanto maior o número de processos julgados, menor o acervo, menor a evolução do acervo e maior o índice percentual de evolução de processos julgados, consequentemente, melhor a colocação no ranking.

Por fim, depois de estabelecidos os rankings, foram atribuídas pontuações para cada câmara no período analisado. “Somadas as pontuações obtidas, foram destacadas as três câmaras de maior pontuação, dividindo-as em três categorias: direito público (Unidade Goiás), direito privado (Unidade Raja) e câmaras criminais.”

# Segunda Instância aumenta número de julgamentos em 17%

Daniele Hostalácio

O número de processos distribuídos na Segunda Instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em 2012, em comparação com 2011, aumentou 16%. No total, foram distribuídos 268.376. A demanda aumentou, mas a resposta do Judiciário mineiro também: em 2012, foram julgadas 258.109 ações, o que representa um acréscimo de 17% em relação ao ano anterior.

Esses são alguns dos dados que constam do documento que consolida

grupos de câmaras e outros (4.421). Um total de 46% dos processos distribuídos foi julgado em até 90 dias, e 76% dos acórdãos foi publicado no prazo máximo de dez dias.

No ano passado, foram 1.481 as sessões de julgamento realizadas pelas 25 câmaras cíveis e criminais isoladas, com uma média de 2.096 processos por desembargador. Os dados mostram, ainda, que mais de 250 mil acórdãos e

decisões monocráticas foram publicadas em 2012. Até 31 de dezembro, havia um estoque residual de 123.098 processos na Segunda Instância.

## Juízo de admissibilidade

As decisões do primeiro e do terceiro vice-presidentes, constitutivas dos juízos de admissibilidade (verificação dos requisitos para a tramitação dos recursos

extraordinários e especiais apresentados, respectivamente, ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça), somaram 25.552, sendo 14.186 decisões da Terceira Vice-Presidência e 11.366 da Primeira Vice-Presidência.

Em relação ao volume de processos baixados no ano passado, em comparação com 2011, observou-se um aumento de 27% nos criminais (53.982) e 10% nos cíveis (145.067).

Nas câmaras cíveis e criminais isoladas, a média de processos por desembargador foi de 2.096

as principais estatísticas processuais da Segunda Instância em 2012. O material foi organizado pela Secretaria de Padronização e Acompanhamento (Sepad), subordinada à Primeira Vice-Presidência do TJMG. Cabe à Sepad, entre outros objetivos, organizar, consolidar, atualizar e disseminar informações gerenciais necessárias ao acompanhamento de indicadores de resultados inerentes à prestação jurisdicional de Segunda Instância, de modo a subsidiar o planejamento e a gestão do acesso à Justiça.

O documento mostra que, do volume total de processos julgados, 82% foram fruto de decisões colegiadas, a maior parte delas (194.036) das câmaras cíveis, sendo o restante dividido entre as câmaras criminais (59.652) e os

